12

ATA N.º 17/XIII-1º/2021-25

1 - Aos oito dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, pelas 21H15, no Auditório do Centro Cultural e Juvenil de Santo Amaro (Casa Amarela), sito na rua Professor Ruy Luís Gomes, no Laranjeiro, realizou-se a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Almada, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Nova Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais de Almada"

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Alteração ao Mapa de Pessoal 2022"

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Relatório de Monitorização da ORU de Almada de 31 de janeiro de 2021 a 31 de janeiro de 2022"

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Relatório de Monitorização da ORU da Trafaria de 31 de janeiro de 2021 a 31 de janeiro de 2022"

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU da Cova da Piedade".

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo 1º Secretário Paulo Viegas em substituição do Presidente Mesa José Joaquim Leitão, pelo Senhor Deputado Municipal Ivo Filipe Almada como 1º Secretário e a 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.
Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); André Macedo Soares Ferreira (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Inês Pezarat Correia Bom (BE); Karim Hassan Quintino (BE); João Pedro Guterres Peixoto Pereira (CHEGA);Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente em exercício procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS) João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS), Ivan Costa Gonçalves (PS), Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), José Alberto Lourenço (CDU), Maria Rita Pereira Magalhães (CDU), João Eduardo Geraldes (CDU); Maria Amélia Pardal (CDU); Paula Maria Galvão (PSD); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Olga Natália Maia Mariano (PS); Pedro Manuel Branca Lêdo (PS); Luísa Maria Freire Galvão (PS); Catarina Isabel Garcia Paulino (PS), António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU) por impedimento de António Paulo Júnior, Andreia Sofia Egas, António Abrantes de Almeida, José Manuel Raposo Gonçalves e Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU); António Olaio Silva (CDU), Ricardo Antunes Carneiro por impedimento de Maria Teresa Morato Cardinho (CDU); Carlos Manuel

Revés (CDU) por impedimento de Beatriz Pé-Curto Mendes, Paula Cristina Loureiro (CDU, Augusto Máximo Flor (CDU), Mário Bruno Pinheiro Magalhães (CDU), Fernanda Balbina Leitão (CDU) e Ana Sofia Maria (CDU); Luís Pedro Amado Pinto Durão (PSD); Aurora Maria dos Santos Moreira (PSD), por impedimento de Gonçalo Filipe Fernandes, Irina Cristina Ludovico Tricamegy, Gilberto Alexandre Peixoto e João Carlos Jorge Antunes.

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito João Pedro Eixa; o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda Pedro Miguel de Amorim Matias (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito João António Franco Rocha e o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó Luis Filipe Palma (CDU) solicitou a sua substituição pela eleita Anabela de Matos Tavares.

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se ainda a falta justificada da Senhora Deputada Municipal Maria Amélia Pardal (CDU):

4.2 – O Senhor Presidente em exercício comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência da Senhora Presidente da Câmara Municipal, a Senhora Vereadora Maria das Dores Marques Meira, o Senhor Vereador José António Matos; a presença das Senhoras Vereadoras Ana Cláudia Miguéns de Almeida, Vereador Tiago David Galveia e Catarina de Matos Pé-Curto.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Munícipes Joaquim Mário Cunha, Nuno Miguel Martins, Paulina Borges, Arminda Sousa, Carlos Almeida, José Luís Silva, Margarida Rosa.

5.1.1 – O Senhor Munícipe Joaquim Mário Cunha:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Trago aqui um documento que já foi lido na Assembleia de Freguesia, da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, no passado dia 29, e que diz o seguinte:

Alterações nos transportes públicos rodoviários de Almada.

A Direção desta Associação de Moradores e a população de Almada, foram surpreendidas, traiçoeiramente, nestes últimos dias, pelas alterações nos transportes públicos rodoviários de Almada, com a publicação na Internet das novas carreiras, trajetos e novos horários das camionetas que a Carris Metropolitana começou a praticar a partir de dia 1 de julho de 2022.

Pela maneira como todo este processo decorreu, burocraticamente, na calada dos gabinetes, sem ouvir e ter em conta os interesses das populações, só nos pode merecer repúdio e a exigência de que as carreiras e horários voltem à anterior situação, até discussão pública nas autarquias locais e ouvidas as populações.

Não se pode tolerar o corte de carreira, horário e de trajetos sem ter em conta os interesses dos jovens estudantes, do povo trabalhador, dos doentes com falta de mobilidade e dos velhos reformados.

Não se pode alterar a vida económica da cidade e das pessoas que se deslocam às compras, aos empregos, ao médico, a bel-prazer de alguns burocratas.

Apelamos às Autarquias Locais de Almada, que ouçam as populações e sejam melhoradas, através do diálogo as condições de transporte que os almadenses há muito estão à espera.

Seguidamente gostaria de dar conhecimento aos Senhores Deputados Municipais da situação em que o Bairro do Matadouro, situado na Freguesia do Pragal, ficou reduzido a nível de transportes.

Dizer que, a antiga carreira 124, neste momento, salvo hora de ponta, é feito de hora a hora, no lado ascendente, entre o Hospital Garcia da Orta e Costa da Caparica, e do lado descendente da Costa da Caparica até ao Hospital Garcia da Orta.

Quem quer ir para Almada ou Cacilhas, terá naturalmente tomar outro transporte, o metro ou outra carreira que por ali passe que escale a zona de Almada.

A carreira 125, Cacilhas Trafaria desapareceu. Portanto, nem sequer ao Bairro vai e não sabemos porquê.

A carreira 126, essa mantem-se também com horário de hora a hora. Também não se percebe porquê. Porque as pessoas precisam de se movimentar, e carreiras não há.

A carreira 127, acabou também, deixou de passar no Bairro do Matadouro.

A única que passa por lá é a que vai para Cacilhas e que tomou o mesmo sentido, foi a carreira 106, Bairro do Fundo de Fomento/Cacilhas.

Não se compreende esta situação, acho que esta Assembleia Municipal também deve ajudar-nos a tomar decisões, porque há 23 anos quando foi inaugurado o comboio da Ponte também tivemos uma situação idêntica. E foi com a luta dos moradores que nós conseguimos que estas carreiras permanecessem."

5.1.2 – O Senhor Munícipe Nuno Miguel Martins:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Mais do mesmo, da Carris Metropolitana, não de devia tomar as precauções que houve antes do verão, porque suspenderam muitas carreiras, carreiras que iam da Sobreda até Cacilhas, passou a ser repartido em três transportes. Autocarro, metro, autocarro. Ontem e hoje andaram a alterar placas de autocarros desde a Estação de Corroios até Sobreda. Hoje uma amiga minha estava na paragem da Carris, o autocarro parou desde o principio, tiraram de lá a placa, ninguém informou nada, mandaram parar na paragem onde é habitual e os autocarros não pararam.

O 3017 ao fim de semana não existe, na terça-feira o carro das 8H25 o 3017, Charneca de Caparica/Pragal, o motorista chegou ao Alto do Índio em vez de virar à direita para o Fórum, virou para a esquerda, foi à via rápida, foi ao Centro Sul, voltou para o Pragal, as pessoas que estavam dentro do autocarro questionaram o motorista e simplesmente borrifou-se para os passageiros.

A Presidente da Câmara Municipal, pôs no site que os autocarros iam ser melhorados na Costa na Caparica, mas é só no papel, porque hoje na Costa da Caparica havia muita gente à espera do autocarro para Lisboa, parecia um domingo de verão, tínhamos mais de duzentas pessoas na Costa da Caparica à espera de apanhar o autocarro.

Enquanto isto não estiver em condições, ponham os horários antigos e façam as coisas em condições.

Ainda na quarta-feira fui no autocarro 3608 Cova da Piedade/Barreiro, autocarro só para português ver, porque passageiros não há. Poderá ser uma carreira útil na época escolar, alunos, faculdade. Só que agora não se compreende um autocarro de meia em meia hora para o Barreiro, e de hora a hora no intervalo das refeições dos motoristas.

Façam isso, ponham os horários antigos, carreiras antigas, não alterem os percursos sem verem o que é fundamental, podem por carreiras de vinte em vinte minutos, mas duas de percurso antigo e uma de percurso normal. Principalmente o Fórum agora fecha à meia noite, não tem lógica as carreiras para o Laranjeiro acabarem às 10H00.

5.1.3 – A Senhora Munícipe Paulina Chaves Borges:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tenho 58 anos, há 54 anos que conheço a Costa da Caparica e que frequento, e sou utente dos TST há 40 anos. Conheço bem a realidade desta zona.

Queria começar falando numa noticia que vi ontem na televisão e espero que seja bom para todos nós, de que o Governo anunciou 33.000.000.00€ (trinta e três milhões de euros) para os transportes públicos, espero que algum venha ter aqui.

Na última reunião a Senhora Presidente da Câmara Municipal, falou que o PRR estaria incluindo a extensão do metro para a Costa da Caparica, espero que se mantenha e espero que este assunto não seja esquecido, porque se houvesse metro ou comboio para a Costa da Caparica, muitos dos problemas estariam resolvidos.

Em relação à informação sobre as alterações da Carris Metropolitana não houve nenhumas. A única maneira que eu tive para me informar foi através do facebook e do Instagram, de um miúdo de 18 anos chamado Fábio Antunes que fez, de resto mais nada.

Para quem ainda não tenha percebido, porque isto é um bocado confuso, a AML abrange 15 Municípios exceto Lisboa, Barreiro e Cascais e foi AML que criou a Carris Metropolitana. Isto parece simples para quem aqui está, mas para quem é leigo nós não entendemos.

Este projeto que foi implementado da Carris Metropolitana é um projeto antigo, que neste momento está desfasado da realidade, aliás, basta olhar para os horários e os percursos que foram feitos, para perceber que isto não é da realidade de hoje em dia. A realidade das cidades de hoje, não é estanque, as pessoas vivem no Concelho, trabalham e estudam noutro. A realidade do trabalho é o trabalho por turnos e precário, precário porque as pessoas não podem faltar, não podem chegar tarde.

A realidade do urbanismo é a seguinte: Lisboa focou muito cara, as pessoas tiveram que vir para as áreas limítrofes de Lisboa, basta apanhar o autocarro entre a Fonte da Telha e Cacilhas e verificar com eu já verifiquei várias vezes, que há imensas urbanizações novas legais. Portanto, estas populações precisam de transporte. A existência de transporte é primordial na escolha de muitas coisas da nossa vida, do trabalho, na compra de casa, é importante, eu lembro-me de um pai que esteve aqui na última reunião que dizia que escolheu comprar a casa no sitio onde comprou porque havia transporte direto para o filho, e neste momento não tem e imagino a desilusão, o problema que tem agora, neste momento.

O laser também é um direito nosso, aliás, as atividades recreativas neste momento são uma atividade económica muito lucrativa. Neste momento há o Festival de Almada do Teatro, se não há transportes para as pessoas irem, não vale a pena fazer um Festival. Os festivais não são só para pessoas que têm carro.

Penso que é necessário nos transportes públicos haver alguma estabilidade de oferta, e aqui falo dos meus 40 anos de TST. É preciso que os transportes seja eficazes e rápidos.

Agora, centrando-me na Carris Metropolitana, exatamente na Costa da Caparica, e no 3710 que vai da Costa da Caparica para Sete Rios. Quero só dizer uma coisa que é óbvia, mas que por vezes pode passar despercebida. A Costa da Caparica é totalmente dependente do transporte rodoviário, não outro, não metro, não há comboio, não barco, não há nada. Antes havia cerca de 60 autocarros, neste momento temos 48 e ainda por cima são mais pequenos.

Por uma breve vista no facebook, só ontem houve vários autocarros que não vieram entre as 13H40 e as 14H30, o fim de tarde havia filas na Torre das Argolas. O autocarro das 21H15 não parou na Costa da Caparica."

5.1.4 – A Senhora Munícipe Arminda de Jesus Sousa:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu moro aqui mesmo ao lado da Praceta Luís de Sá.

Há infiltrações no prédio, vem dos andares de cima, há dois anos que ando nesta situação. Eu tenho uma menina que sofre de alergia e anda a ser seguida no Hospital da Estefânia, a menina está a receber aquele cheiro, a menina passa mal as noites. Isto não pode continuar.

Todos os inquilinos por cima se queixam, estão ali pessoas com as fotografias das casas, está tudo esburacado. Na minha casa de banho, parte do teto está a cair, tem já um buraco, corre água pelos azulejos abaixo, tenho toalhas grandes no chão para ensopar a água e a água já chega à porta da casa de banho e a casa de banho é metida no meu quarto. A menina tem que dormir ali porque não tenho outra solução.

O prédio também está sem portas, toda a gente entra ali a qualquer hora, não há luzes, em frente ao prédio as lâmpadas estão fundidas e já há bastante tempo, nós entramos ali a qualquer hora da noite às escuras, sem saber o que nos pode acontecer.

Tenho os azulejos da casa de banho a apodrecerem, porque aquela água cheira mal, é podre, e aquilo está sujeito a cair. Eu não sei já como fazer, porque há mais de dois anos aconteceu a mesma coisa, foram arranjar, mas gora está pior, agora está pior porque a parte de cima está a cair. As pessoas que moram por cima queixam-se. Temos ali fotografias podemos mostrar, as paredes estão todas deitadas abaixo da casa da senhora de cima, a senhora infelizmente não pode estar aqui, mas enviou as fotografias no caso de ser preciso mostrar.

E é isto, agradeço que o mais rápido possível, derivado à menina, porque a menina é nova e está a ser seguida no hospital e não pode continuar com aquele cheiro, porque leva as noites acordada a tossir e a espirrar.

Agradeço que façam alguma coisa."

5.1.5 – O Senhor Munícipe Carlos Almeida:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Primeiro pedir desculpa pela intervenção que fiz na terça-feira, fora do agendamento.

Segundo, estamos aqui a discutir os transportes na Câmara Municipal de Almada. Eu lembro-me, desde 1962, comecei a trabalhar em Lisboa. Tínhamos a Piedense, da Piedense quando foi inaugurada a Ponte sobre o Tejo, formou-se a Transul, mal ou bem tínhamos os horários. A Transul acabou-se veio a Rodoviária Nacional em que dominou todos os transportes deste Concelho, acabou a rodoviária, veio a TST, mal ou bem, teve os seus transportes com autocarros que não eram bons, mas tínhamos horários que cumpriam. Iam de Cacilhas da Costa da Caparica de vinte em vinte minutos, para a Charneca de Caparica para a Marisol, e para outros sítios todos. Tínhamos uma carreira que ia da praça Gil Vicente para o Fórum, passava pela Cova da Piedade e a Avenida que há muita gente que vai para lá trabalhar e possivelmente para outras carreiras. Essas carreiras passavam por um Bairro que vai dar muitos problemas que aquelas que não estão a passar, estão a passar na Filipa d'Água. Eu pergunto aqueles Senhores, em Lisboa que estão nos gabinetes com ar condicionado e telemóvel, gostava que eles fossam à Filipa d'Água para ver, porque ali só há um jardim. O autocarro antigamente passava a Costa da Caparica e ia para o Bairro de Fundo de Fomento, chegava ali à estação do Pragal, sobe aos prédios cor de rosa, volta, vai ao Bairro do Matadouro e vem pela rua dos Três Vales e passa pelo Bairro Amarelo. Trafaria, Marisol e Fonte da Telha, subiam viravam à esquerda, Bairro Branco, mais acima voltavam novamente à direita, rua dos Três Vales, Monte de Caparica. Estas carreiras não sei porque é que não passam por lá. Isto é tão fácil. Estes Senhores de Lisboa que estão metidos nos gabinetes com telemóveis, viessem à TST e perguntassem quais são as carreiras que devemos manter? E depois haver um estudo prévio entre a Câmara Municipal e a Carris, para organizar outros transportes mais favoráveis. Agora, eu pergunto uma coisa: para que é que eu preciso de um autocarro da Costa da Caparica para ir para o Hospital Garcia da Orta? Dá impressão que aquela população da Costa da Caparica está toda doente, vai tudo para o Hospital Garcia da Orta. Porque é que esse autocarro não vai para Cacilhas como era? Agora vem estes Senhores de Lisboa que nem os conheço de nenhum lado, vem propor essa coisa gente. Eu gostava que esses senhores fossem do inverno, sem ser a Ponte sobre o Tejo ou as pessoas idosas, fossem ali para o Garcia da Orta à espera de um autocarro com chuva e vento.

Os partidos deviam juntarem-se todas e dizer-lhes, vamos aos TST saber os horários que eram e a partir dai com esses horários todos novos, os horários velhos deixam-nos ficar. O que é faz um autocarro de Almada para o Barreiro? Eu gostava de saber. Eu nunca vi isto na minha vida. Nesse caso o carro que vem da Costa da Caparica vem parar no Garcia da Orta, não tem condições para os utentes, para as pessoas idosas, nem para os trabalhadores. Têm a interface do Pragal, porque é que não vão ali todos?

Tiraram o autocarro de Almada para a Praça do Areeiro, e tem autocarros constantemente para Sete Rios, então temos um comboio que sai dali, para em Campolide, Sete Rios, Campo Grande, não custa nada. Os horários antigos manterem-se e depois fazer os novos."

5.1.6 – O Senhor Munícipe José Luís da Silva:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu pertenço à Associação de Moradores do Bairro do Matadouro e venho aqui trazer algumas notas sobre a Carris Metropolitana.

Respondendo aos vários pedidos de reclamação, apresento neste momento as seguintes notas:

A Câmara Municipal de Almada e o IHRU, devem comunicar à Carris Metropolitana os projetos habitacionais que têm em mãos na zona do Bairro do Matadouro, (três: Alcaniça, Casquilho, Bairro do Matadouro junto ao Hospital Garcia da Orta) e plano habitacional Almada Poente, que diziam eles que são 3.500 fogos. Isto são projetos nos quais estão a trabalhar para a zona do Bairro do matadouro.

As camionetas, por exemplo, 3026 e outras que saem do Hospital Garcia da Orta e descem a rua de Ostrava, devem tomar passageiros logo na primeira paragem em frente da Portaria do Hospital.

Como está agora, os utentes, muitos deles, com falta de mobilidade dos Bairros do Matadouro e Cor de Rosa, têm de andar a pé cerca de 500 metros atá ao Lote 10, junto da Sociedade Pragalense, para as tomar para irem para a Unidade de Saúde familiar do Pragal e outras unidades e clinicas do centro de Almada.

As carreiras 3007, 3009, 3012 e 3014 que da paragem ascendente do Hospital Garcia da Orta se dirigem diretamente para a Estação, devem passar pela paragem do Bairro do Matadouro, para servir este bairro e o Bairro Cor de Rosa do IHRU. Desvio de cerca de 50 metros."

5.1.7 – A Senhora Munícipe Margarida Isabel Rosa:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Já estive aqui na terça-feira passada, eu moro no Porto Brandão.

Nós não temos autocarro, temos às 07H10, 10H10 e 12H30, eu estou a chegar todos os dias 45 minutos atrasada ao trabalho, o meu patrão já me ameaçou, se continuar assim vou ser despedida, porque ele não pode esperar por mim. Os meus filhos e outras crianças não têm autocarro para se deslocarem à escola. Do meio dia e meio há um autocarro para cima volta para baixo e não leva ninguém para cima, só temos outro às 18H00. No Porto Brandão mora muita gente idosa que não tem como ir ao Monte. No Portão Brandão não há uma mercearia, não há uma padaria, não há nada. As pessoas não têm como se deslocarem ao Monte de Caparica e nem há autocarros do Monte de Caparica para o Porto Brandão.

Eu estive aqui na terça-feira, pedi uma ajuda, não tive resposta e vou ter de fazer alguma coisa, eu até estou a pensar em parar os autocarros para semana, não vou deixar passar os autocarros. E vou chamar a CMTV ao Porto Brandão, porque vou ter de resolver de outro jeito, ninguém faz nada temos que resolver de algum jeito. A minha hoje tinha consulta no hospital às 10H30 teve que sair de casa às 07H10 da manhã com 70 anos. Não se admite, isto é uma loucura.

Portanto, eu peço ajuda, ou fazem alguma coisa ou temos que tomar medidas drásticas, muito a sério. Por isso eu peço ajuda de qualquer jeito.

Eu trabalho em Lisboa, eu só tenho autocarro às 07H10, eu tinha autocarro às 06H35 da manhã, o meu patrão já me disse que não pode esperar por mim. Como é que eu faço? Sou despedida, como é que dou de comer aos meus filhos? Vou roubar?

Portanto, eu peço ajuda, ou resolvem ou nós para a semana vamos parar os autocarros no Porto Brandão, chamar a CMTV ao Porto Brandão, chamar a policia e vamos parar os autocarros. Têm que fazer alguma coisa. As pessoas não têm como sair do Porto Brandão para nada.

Temos um barco, os autocarros nem fazem carreira com os barcos, que andam a passear a tarde toda, pois não há autocarros do meio dia às 18H00. Isto não se admite, não tem fundamento. Os meus filhos entram na escola às 08H30 vão ter de sair de casa às 07H00 da manhã, o meu filho sai às 15H30, vem a pé? Não tem lógica

nenhuma. Nós precisamos dos autocarros no Porto Brandão. Portanto voltem aos horários antigos é aquilo que nós pedimos. Se não vamos ter de arranjar outras maneiras."

5.2 - Em resposta aos Senhores Munícipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Vice-Presidente Teodolinda Silveira, O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro, Senhor Vereador Filipe Pacheco e os/as Senhores/as Deputados/as Municipais António Pedro Maco (CDS-PP), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Joaquim Miguel Judas (CDU), José António Rocha (BE), Ana Margarida Lourenço (PS).

5.2.1 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta situação dos Transportes Metropolitanos de Lisboa é algo que nos preocupa, e aquilo que nós temos estado à procura, desde a primeira hora, desde a hora em que tivemos conhecimento dos horários e das suas frequências, foi imediatamente entrar em contacto com a TML e com a TST e promovemos mesmo antes da entrada em vigor, antes do dia 1 de julho, uma reunião de emergência na qual estiveram presentes os Senhores Presidentes e representantes das Juntas e Uniões de Freguesia. Onde pudemos sensibilizar a TML, para a necessidade de reparar algumas situações que nos fizeram reportar os senhores munícipes. Nesse sentido, foram imediatamente, antes do dia 1 de julho, repostas algumas carreiras e alguns horários que não estavam previstos. Ainda assim, a entrada em vigor e a entrada em funcionamento, infelizmente, aquém daquilo que eram as necessidades de todos os munícipes. Nesse sentido, também tivemos uma serie de reclamações e queixas que fizemos chegar a quem de direito, neste caso à TML, no sentido de poder rapidamente corrigir as situações que nos estavam a ser reportadas. Promovemos novamente uma reunião com a TML e a TST no sentido de virem a ser repostas algumas das situações que nos eram reportadas. Nesse sentido entraram em funcionamento hoje, novas carreiras, novos horários, nomeadamente aqueles que estão relacionados com as primeiras horas da manhã e as últimas horas da noite no que diz respeito às linhas da Costa da Caparica.

Ainda assim, nós continuamos a considerar manifestamente insuficientes aqueles que são agora estes reparos. Ainda hoje estivemos reunidos com a TML e com os TST na própria AML, no sentido de serem repostas algumas das preocupações que nos têm vindo a ser reportadas e que ainda esta noite nos vieram a ser mais uma vez reportadas e com razão.

Quando é posto em funcionamento um serviço público de transportes com a ambição daquela que nós pretendemos e que todas nós desejamos, aquilo que faz sentido é que a mesma satisfaça as necessidades dos munícipes. Caso tal não suceda é porque algo está menos bem. E nesse sentido, temos vindo a trabalhar e vamos trabalhar e exigimos uma série de reparações urgentes no serviço. Nomeadamente a questão do Porto Brandão, que salta à vista de todos, como é evidente, mas ainda assim, também outras situações nomeadamente as que se prendem com algumas passagens dentro dos chamados bairros, outras relacionadas também com as questões das primeiras horas da manhã e últimas horas da noite, bem assim como também estamos a desenvolver contactos com a Câmara Municipal de Lisboa, no sentido de podermos corrigir algumas situações relacionadas com as paragens.

Globalmente é isto, estamos muito atentos, estamos bastante preocupados, temos vindo a acompanhar esta situação com elevada preocupação, e não desistimos de sensibilizar TML, os TST no sentido de poderem rapidamente serem repostas algumas situações menos corretas.

Aquilo que todos nós estamos a trabalhar, naturalmente, é para que este serviço que acreditamos que possa a partir de dia 1 de janeiro, quando na verdade na sua plenitude, o serviço vai entrar em funcionamento, seja um serviço de excelência e que não continuemos a dizer que temos quase saudades daquilo que eram os TST, já todos nós esquecemos da falta de qualidade dos transportes e que hoje em dia estes veículos nada há dizer, pelo contrário, são muito mais satisfatórios, com uma qualidade bastante considerável.

Também é verdade, embora possam aparecer algumas situações, o número de frequências, o número de linhas é bastante superior aquilo que existia a 30 de junho. Aquilo que é importante, volto a dizer, é que este serviço ainda assim não satisfaz e não cumpre aquilo que são as necessidades dos munícipes de Almada e nesse sentido

a Câmara Municipal de Almada, irá continuar a lutar junto da TML no sentido da reparação daquilo que são as deficiências do serviço que é prestado atualmente."

5.2.2 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De forma muito célere respondendo à senhora munícipe Arminda de Jesus Sousa, que mora na Praceta Luís de Sá. Tenho duas informações para si.

Primeira informação, sei que fez um pedido de revisão de renda, informa-la que ele foi deferido hoje, vai ter efeitos a partir de agosto. Vai pagar menos de renda, nessa perspetiva há aqui a atualização de renda.

Segunda informação que é relativa à infiltração de que falava. Nós não tínhamos conhecimento dessa infiltração, pelo menos nos dados que eu tanho aqui, não tínhamos conhecimento disso, eu não tenho aqui essa informação. De todo o modo duas questões.

Vai ser feita uma visita ao prédio desta Praceta Luís de Sá para perceber o que é que está a causar esta infiltração e tentar repara-la. Também informar que já lhe tinha sido proposto uma transferência de habitação porque reside num T1, a sua tipologia adequada é um T2. Portanto, na altura houve aqui uma recusa, nós tentamos sempre adequar aquilo que é a tipologia adequada ao agregado familiar, isso é importante. De todo o modo, há um problema, havendo um problema aqui neste fogo, nós aquilo que vamos fazer é uma visita, vamos perceber qual é o problema e vamos resolve-lo. Portanto, vai ser contacta na próxima semana, hoje é sexta-feira, na próxima semana os serviços de habitação vão contacta-la no sentido de fazerem a vistoria."

5.2.3 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Digníssimos Almadenses, mais uma vez cumprimenta-los só pela coragem de virem aqui expor diretamente à Câmara Municipal, olhos nos olhos, aquelas que são as vossas preocupações nomeadamente com a questão da Carris Metropolitana.

Nós ouvimos aqui respostas do Senhor Vereador José Pedro Ribeiro, que eu saúdo aqui do púlpito e disse que antes de saírem os horários, portanto, antes do dia 1 de julho a Câmara Municipal reuniu-se com a TML de urgência para rever alguns horários. Eu pergunto, eu imagino, como é que não estavam então na altura esses horários. Se agora estão como estão, portanto, eu faço ideia.

De qualquer forma foi muito falado aqui desde ontem, que faltam horários, horários desfasados da realidade, faltam carreiras, percursos desadequados, informação incompleta e confusa, e foi dito aqui também, salvo erro pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, quer pelo representante dos TML que não há motoristas suficientes. O CDS-PP pergunta, então se isto não estava programado, se temos tantos problemas, se não há motoristas suficientes, porque é que iniciamos dia 1 de julho? Será que nós somos diferentes da Margem Norte? Por alguma razão a Margem Norte só em janeiro de 2023 é que vai iniciar este projeto. Eu quero dizer daqui aos responsáveis e neste momento aos responsáveis apenas a Câmara Municipal de Almada, que os almadenses não devem ser frutos de experimentalismo, nem são cobaias da Margem Norte, não cobaias de ninguém. Portanto, não consigo perceber como é que este projeto não estando completo, isto é quase a mesma coisa que nós irmos viver para uma casa e depois não temos água e não temos luz. Mas temos a casa, portanto, não serve.

Portanto, a questão que fica é porque adiaram.

Depois há falta de correção e de informação das paragens, eu lembro que a 6ª Comissão teve uma reunião com a AML e foi dito que as paragens, aqueles visores digitais com informação de chegada e de horários. Todos nós sabemos como é que é, é um poste que lá está com muita pouca informação, nomeadamente, para os idosos.

Apenas eu quero dizer e quero reafirmar, que este projeto custou e custa milhões de euros aos munícipes almadenses."

5.2.4 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Saúdo os/as Senhores/as Munícipes que tiveram a coragem de estar aqui hoje.

Primeiro ponto, já percebemos como é que é possível obter uma resposta deste executivo, mandamos vinte emails não funciona, aparecemos e resposta é: "Amanhã vai ter uma resposta": Esta é a resposta tradicional quando se vem a esta Assembleia Municipal. Façam o que fizerem, vinte, trinta emails, amanhã depois de virem aqui, irá aparecer sempre. O amanhã virá. Já percebemos que o amanhã virá depois de virem a esta casa da democracia, a esta Assembleia Municipal.

Relativamente aos transportes, Senhor Vereador, muito obrigado por finalmente responder, ao fim do segundo dia em que os transportes são falados, finalmente, ouvimos a sua voz a falar sobre os transportes, que é o seu pelouro, finalmente se dignou a prestar alguns esclarecimentos a esta casa. Estranho é: reuniões, reuniões, reunimos com A, B, C, temos trinta reuniões marcadas, mas o que estas pessoas vieram saber é para quando? Para quando temos a resolução? Para quando o Porto Brandão deixa de estar segregado e com uma cerca sanitária à volta que só sai um autocarro de três em três horas de lá? Para quando deixamos de ter estes problemas? Para quando começamos a ter os transportes dignos que a população precisa? Quando? Não reuniões, não é falar, andamos aqui nas reuniões que deviam ter feito em cinco anos, agora é que estão a falar nelas, mas a população continua sem transportes."

5.2.5 – O Senhor Deputado Municipal Joaquim Miguel Judas (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós sabemos que a razão fundamental destas dificuldades resulta da brutal falta de motoristas para corresponder às necessidades. Isso foi dado a conhecer, penso que aos diversos Municípios, já no inicio ou na primeira quinzena de junho. E era notório que isto poderia acontecer. Portanto, acho que é perfeitamente legitimo as questões que estão aqui a ser colocadas, sobre se a opção que foi tomada, se foi a mais correta perante as dificuldades que existem. Foi uma opção que a Câmara Municipal assume publicamente e, portanto, é a ela que politicamente, têm que ser assacadas as responsabilidades que neste momento surgem.

Mas perante aquilo em que estamos há uma outra coisa que falta, a Senhora Presidente da Câmara Municipal disse no outro dia, que não haveria falta de informação, ou melhor, que a Câmara Municipal teria respondido sempre e difundido sempre a informação que lhe chegou. Mas disse também que a informação que lhe chegou em definitivo foi no dia 26 de junho, compreende-se que o dia 26 de junho ter a informação que é preciso difundir a todos os munícipes, estamos a falar de todas as pessoas que são os utilizadores dos transportes públicos, é um prazo muito apertado. Mas, torna-se necessário, parece-me que, as carreiras que estão contratualizadas sejam dadas a conhecer às pessoas. E que se diga qual é que é a perspetiva de resolução do problema. Porque não podemos ficar nestas perspetivas, nós no inicio do ano letivo vai ser melhor, vamos melhorando gradualmente, mas todas as pessoas têm que ir todos os dias para o trabalho, têm que cumprir as suas necessidades, precisam dos transportes públicos. Nós temos que responder a isso. Eu penso que o Município tem essa responsabilidade. Eles quando vêm aqui, vêm falar com a Assembleia Municipal e a Assembleia Municipal não vem especificamente para falar com a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal tem responsabilidades em relação a isso, mas de facto, trata-se de um problema extramente sensível, achamos que do nosso ponto de vista, nós CDU, que a Câmara Municipal deve divulgar com sentido de urgência quais são as carreiras que estão contratualizadas e qual é a perspetiva de solução. E se há 23.000.000.00€ (vinte e três milhões de euros), então que se contrate os motoristas."

5.2.6 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Bloco de Esquerda tem uma Declaração Politica para fazer ainda hoje nesta Assembleia Municipal, de todas as formas, ouvindo os munícipes, não podíamos deixar de dar aqui algumas notas que consideramos importantes.

Ouvindo estes munícipes, de facto, existem aqui alguns passos importantes a dar e no imediato até é necessário:
• A reposição das carreiras, tal como existiam antes de 1 de julho;
• A realização com a maior urgência de sessões de esclarecimento público, para com quem planeia a rede possa conhecer as reais necessidades da população nos serviços de transporte.
Nas novas carreiras a realizar é necessário:
• Dar prioridade aos transportes coletivos na organização urbana;
• Dar prioridade aos utentes na organização de carreiras e horários;
• Uma maior articulação entre os vários modos de transporte;
• A reposição das carreiras para o Areeiro, ou, na sua completa impossibilidade, a criação de alternativas credíveis que liguem as várias linhas de metro de Lisboa;
• A criação de mais carreiras na travessia do Tejo, para maior comodidade dos passageiros e como resposta a dificuldade dos meios existentes de forma a contribuir para a diminuição do uso do transporte individual;
• A reposição de outras carreiras para locais agora esquecidos (Porto Brandão, Fórum, Lazarim Charneca, entre outros);
• A reposição de carreiras noturnas e matinais;
• A construção de um site que possa dar melhor resposta a necessidade de informação sobre os vários meios de transporte;
• A implementação de painéis informativos a curto prazo, não apenas com o número das carreiras, mas também com a informação do destino com tempos de espera, em tempo real, em todas as paragens.
Não esquecermos outras reivindicações em termos de transportes, nomeadamente:
• 0 alargamento do MST até à Costa da Caparica;
• A substituição da Estacão da Transtejo de Cacilhas por um verdadeiro interface de transportes para todos os modos de transporte já existentes;
• A gratuitidade de passes para estudantes e universitários, alargando-se a outras camadas da população;
• Melhores ligações fluviais, com novas embarcações há tanto prometidas e melhores horários."

5.2.7 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu pedi a palavra também para de alguma forma, dizer e à semelhança daquilo que já foi aqui dito pelo Senhor Vereador José Pedro Ribeiro.

Em primeiro lugar, vim aqui para falar de facto, para os munícipes que vieram, fazer intervenção, e dizer-vos uma coisa muito clara, não é preciso coragem para exercer um direito que é vosso, vocês são bem-vindos a esta Assembleia Municipal sempre que quiserem, por este assunto, por qualquer outro assunto, é esta a nossa função, é esse o vosso direito, e nós ainda vivemos numa democracia e num estado em que não é preciso coragem para exercer os nossos direitos. Tudo faremos para que assim continuo.

Portanto, todos aqueles Deputados Municipais que aqui vieram realçar a vossa coragem, no nosso entender erraram. Há aqui um pequeno equivoco, é que para exercer os nossos direitos não precisamos de coragem, precisamos é de efetivamente de os exercer. E nós eleitos, temos a obrigação efetivamente, de vos prestar contas e de responder aquilo que são as vossas questões, os vossos pedidos de esclarecimento e é aquilo que os autarcas aqui eleitos esta hoje a fazer.

E há aqui uma questão e isto já foi falado passada terça-feira, já voltou a ser falado hoje, e há aqui uma questão que é muito bom relembrar. Nós andamos há vários anos, a queixarmo-nos constantemente da rede de transportes rodoviários que tínhamos em Almada, das falhas que havia, dos autocarros devolutos, de não haver carreiras, de não haver horários, foi aqui também dito na passada terça-feira e repito mais uma vez, esta restruturação da rede é possivelmente uma das maiores revoluções em termos de mobilidade, que está a haver neste Concelho e neste Distrito nos últimos anos. É claro, que todos os inícios são difíceis e todos os inícios precisam de ter adaptações. E prova disso é que já hoje, houve uma série de reposição de carreiras, de horários, de alargamento de horários que eram fundamentais para a população. E foi esta Câmara Municipal, que junto dos Transportes Metropolitanos de Lisboa, que fez questão, pressão e fez com que tudo isso fosse reposto e vai

continuar a fazê-lo porque é para isso que nós fomos eleitos e para isso que a Câmara Municipal é eleita e os senhores cidadãos peço-vos, venham cá mais vezes, exijam contas daquilo que é o nosso trabalho, exerçam os vossos direitos, não se esqueçam de o fazer. É preciso muita coragem, mas é para outras coisas. Para exercer os vossos direitos estão à vontade e serão sempre bem-recebidos."

5.2.8 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para de alguma forma reforçar aquilo que foi a intervenção da Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço, no sentido de que não é preciso coragem nenhuma, nós estamos aqui de facto para prestar contas, é esse o nosso dever, prestar contas. Dar a cara e prestar todos os esclarecimentos que sejam necessários. E lutar por aquilo que é os vossos interesses e as vossas necessidades. E é nesse sentido, desde a primeira hora e desde que tivemos conhecimento daquilo que é a rede que foi proposta pela TML, que nós lutamos para que seja reposto aquilo é, menos bom funcionamento daquilo que existe agora. Foram hoje exigidas da nossa parte uma série de medidas e ficou a TML de apresentar o mais depressa possível uma proposta de alterações com o respetivo cronograma.

Como é evidente e o Senhor Deputado Municipal sabe, esta entrada em funcionamento não está na sua plenitude devido de facto, à falta de motoristas, é do conhecimento geral que isso acontece, há vários setores da atividade empresarial que sucede a restauração, o turismo e naturalmente os transportes também o acontece.

A Câmara Municipal de Lisboa é completamente alheia para relativamente aquilo que é a proposta que foi feita, portanto, tudo aquilo que entrou em funcionamento não é a proposta da Câmara Municipal, de maneira nenhuma, aquilo que é a proposta da Câmara Municipal é a rede, é aquela que nós desejamos e queremos que entre em funcionamento o mais rápido possível, e aquilo que nos foi apontado, só tiveram condições de o fazer a partir de janeiro de próximo ano.

Nós acreditamos e aquilo que nos foi transmitido foi nesse sentido, que apesar de tudo, valia a pena entrar em funcionamento porque mesmo assim a oferta era bastante melhor do que aquilo que existia. Queremos e acreditamos que é possível continuar a trabalhar no sentido de que todos nós consigamos sentir isso como uma realidade.

Como é evidente há muitos de vocês que vêm qui queixar-se e com razão, porque aquilo que vocês tinham foi afetado, mas também é certo que vários outros passageiros, vários outros munícipes, consideram que houve uma alteração para significativamente melhor, daquilo que é o serviço prestado pela TML.

Ainda assim, não estamos satisfeitos porque efetivamente, há uma série de pessoas que estão penalizadas. Volto a referir e não é demais reforçar, que há um conjunto de situações que são extremamente urgentes, o Porto Brandão, primeiros horários, últimos horários, Trafaria/Costa da Caparica, é para isso que nós estamos a lutar e é isso que nós estamos a exigir da TML. Reposição imediata das condições pelo menos daquelas que existiam a 30 de junho."

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 – Foi apresentado um Voto de Pesar pelo Falecimento de José Pereira, pela Senhora Deputada Municipal Anabela de Matos Tavares (CDU).

6.1.1 – A Senhora Deputada Municipal Anabela de Matos Tavares (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Faleceu José Manuel Pereira, primeiro Presidente da Junta de Freguesia de Feijó.
Nascido em Évoramonte, no Concelho de Estremoz, em 1940, desde cedo estabeleceu a sua vida em Almada, escolhendo o Feijó para residir onde veio anos mais tarde a desempenhar um papel ativo e relevante.

Militante do Partido Comunista Português, foi operário metalúrgico na Lisnave e imediatamente a seguir ao 25 de Abril foi eleito representante dos trabalhadores da sua secção (docas) no conselho geral de trabalhadores, assim como desempenhou a tarefa de delegado sindical dos metalúrgicos da Lisnave, sendo membro da Comissão Sindical.

Trabalhador com grande iniciativa na defesa dos interesses dos trabalhadores, respeitado e reconhecido pela sua ação, integrou a direção do secretariado da célula dos trabalhadores da Lisnave do PCP.

Dedicou considerável parte da sua vida ao Poder Local Democrático, tendo na sua fase inicial sido membro da Junta de Freguesia da Cova da Piedade, membro do primeiro executivo da Junta de Freguesia de Laranjeiro e foi o primeiro Presidente da Junta de Freguesia de Feijó, de 1993 até 2013, durante cinco mandatos consecutivos, sempre integrado nas listas da APU e da CDU. Por inerência de funções, foi durante vinte anos membro desta Assembleia Municipal.

Este período coincidiu com o desenvolvimento e progresso da Freguesia de Feijó, razão que sustentou a criação da Freguesia, luta na qual se envolveu desde sempre. Com o crescimento demográfico do concelho de Almada, o Feijó foi assumindo a sua importância com a instalação de novas zonas habitacionais, industriais e comerciais, mas sobretudo ao nível da obra autárquica da CDU com a construção de escolas, equipamentos desportivos e culturais.

Empenhou-se para que a Junta de Freguesia de Feijó possuísse instalações próprias, o que veio a ser uma realidade no seu penúltimo mandato, quando em 2009 é inaugurado o Edifício do Poder Local ao lado da Biblioteca Municipal José Saramago.

Em 2012, esteve fortemente envolvido na luta contra a reorganização administrativa que veio impor a extinção de Freguesias, no que viria a resultar na agregação das Freguesias de Laranjeiro e Feijó.

Mesmo após o término do seu mandato em 2013, nunca deixou de acompanhar a vida da Freguesia, tendo estado ao lado dos atuais autarcas em todo o processo de defesa pela construção do Centro de Saúde no Feijó.

José Pereira deu um exemplar e ativo contributo no desenvolvimento e consolidação do Poder Local Democrático e da sua ação na afirmação e dignificação das autarquias de Freguesia, tendo-lhe sido atribuída a Medalha de Ouro de Mérito e dedicação do Município de Almada.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão extraordinária realizada no dia 8 de julho de 2022, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do cidadão e autarca José Manuel Pereira e apresenta aos seus familiares, amigos, à Freguesia de Laranjeiro e Feijó e ao Partido Comunista Português as mais sentidas condolências."

6.2 – No debate usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS).

6.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Gostaríamos obviamente de associarmo-nos a este Voto de Pesar por José Pereira, assim como todos os autarcas dedicam a sua vida, principalmente e com todo o respeito por todas as outras funções, os autarcas de Freguesia, e, portanto, é com grande consternação que o PS também soube da noticia do seu falecimento e gostaríamos de nos associar obviamente a este Voto de Pesar."

6.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação do Voto de Pesar tendo sido aprovado por unanimidade.

6.3.1 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente em exercício da Assembleia Municipal.

6.4 – Para apresentarem Declarações Politicas usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais José António Rocha (BE), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) e António Pedro Maco (CDS-PP).

6.4.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Na campanha para as eleições Autárquicas, o Bloco de Esquerda defendeu a criação de uma empresa intermunicipal pública que assegurasse o serviço de transportes públicos rodoviários após o fim da concessão aos TST.
Esta seria a opção por transportes coletivos de qualidade, que contribuísse para a melhoria da mobilidade no Concelho de Almada, com os consequentes benefícios para as condições de vida das populações, reduzindo os tempos de percursos, com meios de transportes amigos do ambiente, a redução de recurso ao transporte individual e a melhoria das condições de sustentabilidade urbana e ambiental.
Esta não foi a opção da área Metropolitana, que ao invés disso permitiu com a abertura de concurso a privados, e isso levou à concessão da rede de transportes públicos rodoviários no Concelho de Almada aos TST (Transportes Sul do Tejo), que ao longo de anos prestou um péssimo serviço à população Almadense.
Num contexto de enorme responsabilidade dos governantes do executivo Camarário, conseguiu-se fazer ainda pior: alterações de trajetos e horários, sem consultar os presidentes das Juntas de Freguesia, que são os órgãos com uma maior relação de proximidade com a população, nem com qualquer órgão representativo dos utentes.
Trajetos e Horários feitos nos gabinetes, sem que consigamos perceber quais os critérios adotados pelos técnicos responsáveis pela sua construção, pensados para a racionalização de um sistema irracional, e tendo em conta os resultados profundamente lesivos para os utentes destes serviços de transporte público. Tudo isto só pode significar que os utentes são, de facto, a última prioridade dos nossos responsáveis políticos.
Novas linhas, novos percursos, novos horários, que foram divulgados a cerca de uma semana da sua implementação e com substanciais lacunas de informação.
A supressão de carreiras matinais e noturnas, carreiras habituais que simplesmente desapareceram, horários muito mais espaçados e nalguns casos com interrupções de horas.
E o resultado da forma leviana como todo este processo foi arquitetado está refletido no enorme descontentamento e indignação do povo Almadense.
Se antes da implementação destes novos traçados se falava na necessidade de mais carreiras de e para Lisboa, o que fizeram foi acabar com as carreiras para o Areeiro com ligação a três linhas de metro.
A desorientação e desânimo dos passageiros estende-se aos próprios motoristas, que dão a cara por alterações e desorganizações que lhes são alheias, e que para além de lhes ser prejudicial, em nada contribui para as suas condições de segurança.
É preciso referir que grande parte dos problemas estavam identificados pelos utentes que quando informados dos traçados e horários da nova rede, perceberam de imediato que ao invés das melhorias prometidas, tudo iria piorar, agravado ainda pelo facto da empresa privada de transportes rodoviários, que assumiu a responsabilidade de servir o Concelho de Almada, saber que não dispunha dos recursos necessários, tal como reconhecido pelo seu administrador.
Ainda assim, quando o bom senso aconselhava o adiamento, decidiram fazer a grande festa e cortar a fita a 1 de julho.
Se horários e carreiras eram maus, o início do seu funcionamento foi pior. Foram muitas as supressões de carreiras sem qualquer aviso.
Passageiros estiveram horas à espera, os tempos de trajeto aumentaram, assim como os transbordos, muitos feitos para correspondências que não existiam. Acrescente-se que muitas vezes os motoristas não tinham informação dos percursos e horários. Muitas paragens mudaram de local, sem qualquer tipo de informação aos utilizadores.
Foi neste contexto que muitas e muitos estiveram a exercer o seu direito à participação cívica na Assembleia Municipal de 5 de julho. Também a maior parte das juntas de freguesia se manifestou contra a forma como este processo está a ser conduzido. A Presidente da Câmara prometeu uma sessão de esclarecimento, mas ao que tudo indica, é a própria Câmara que precisa de ser esclarecida sobre as necessidades da população. Basta para isso ver o que aconteceu com as ligações a Porto Brandão.
O Bloco de Esquerda, que sempre pugnou por mais e melhores transportes, está totalmente solidário com a população Almadense, acompanhando a sua indignação e subscrevendo as suas reivindicações.

Queremos uma melhor rede de transportes, não aceitamos um serviço que já era péssimo fique pior com a cumplicidade e conivência desta autarquia.
Ouvimos atentamente as explicações do Vereador José Pedro Ribeiro, mas o que a Câmara tem de fazer imediatamente não é sensibilizar, mas sim resolver o problema do Porto Brandão, ponham lá um autocarro da Câmara, ou então aluguem e mandem a conta para a Carris ou para quem quiserem, mas resolvam o problema porque é isso que estas pessoas querem e precisam."

6.4.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antes de começar com a Declaração Politica, permitam-me só fazer um pequeno reparo e alertar para algo que foi dito aqui.

O Senhor Vereador esclareceu-nos que: "Era informação geral que não havia motoristas. Nós até soubemos que isto não era suficiente, mas achamos que estavam todos melhor assim". Então vocês estão todos assim, porque esse executivo decidiu. Não foi um erro, foi uma decisão. Pode ser por incompetência, pode ser por desleixo, é uma decisão vossa.

A oferta de um serviço público condigno é essencial, pelo que jamais o Partido CHEGA pode aceitar que as medidas adotadas venham ainda piorar o serviço já por si deficitário, deixando centenas de pessoas sem a possibilidade de se deslocaram. Uma frase aqui dita na passada sessão, chocou: "Afinal estávamos bem e não sabíamos".

Na passada reunião da Assembleia Municipal, vimos a indignação dos utentes, nesta também. Constatamos que para além das carreiras extintas, há incompatibilidade dos transportes, absurdas incompreensíveis. Mexeu-se levianamente nos transportes e nos seus horários. Sem ter em conta as necessidades dos utentes. As entidades terão que fazer mais e melhor. Têm forçosamente sair dos seus gabinetes e simularem um dia de trabalho. Sim, um dia de trabalho, como vários trabalhadores que precisam de 3 (três) e 4 (quatro) transportes para chegar ao seu destino. Relatos há, em que os utentes ao saírem do metro, veem-se a esperar mais de uma hora por um transporte que os traga para suas casas. Outros tantos têm de apanhar o barco que quando chegam têm que esperar mais de 45 minutos pela carreira. Falta organização nos transportes, falta coordenação nos serviços, que servem os utentes.

Não se pode aceitar de forma alguma que quem vai trabalhar e regressa cansado após um dia de trabalho, demore mais de duas horas para chegar a casa. Os serviços públicos são um direito de qualquer cidadão.

Relativamente à linha do Areeiro, a Câmara Municipal poderia ter feito mais do que simplesmente alertar e considerar o encerramento de um erro. Devia ter alertado toda a população, exigir um debate sério e competente numa sessão de esclarecimento, e verificação de medidas, podia e devia ter ativamente procurado alternativas. Não o fez. A Câmara Municipal apenas diz que é um erro e abana os ombros, é assim que reage e se justifica e diz para os almadenses: "nada podemos fazer". É isto que aceitamos.

Temos as carreiras pensadas como se a expansão do metro já tivesse sido implantada. Quando a mesma ainda está no papel, as promessas PS são isso mesmo, um grande conto de histórias que existem apenas no papel.

A Costa da Caparica continua sem um modelo de transporte local, sem decisão relativa ao Transpraia, projeto emblemático, e marcante para a vida dos caparicanos, existe o que esperar da implementação do megaprojeto de transportes.

Não haja dúvidas, que com o PS o país estagna, a economia degrada-se, os utentes perdem os seus direitos, e veem os serviços públicos a piorar.

Numa altura em que se pretende proteger o ambiente, e é necessário retirar veículos, automóveis das estradas, tal só se consegue com autocarros amigos do ambiente, com uma rede de transportes fiável, interligada e ao serviço da população.

Desta forma, o Partido CHEGA trabalhará sempre no sentido que a nova rede de transportes, e os milhões gastos na mesma, tragam um verdadeiro retorno à cidade e aos seus moradores. Para tal é preciso criar um modelo de transportes que sirva verdadeiramente a população, os trabalhadores, todos os estudantes, todos os almadenses. Uma proposta estudada e pensada após ouvir as reais necessidades de quem utiliza os transportes, vocês, os utentes."

6.4.3 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Realmente é verdade, eu acho que ter coragem é ver os almadenses a sofrer todos os dias e fazer determinadas declarações e posições públicas, isso sim, é ter coragem.

Os transportes públicos são parte integrante das estruturas das cidades integrados nos planos e estratégias da mobilidade e acessibilidade dos munícipes, por forma a servir os cidadãos com qualidade e eficiência e segurança.

Os mesmos servem diariamente as populações e movimentos pendulares, transportando passageiros dentro do Município e entre Municípios, num vai e vem constante de manhã à noite, para servir quem necessita de se deslocar.

É sabido como os transportes, transportes coordenados entre si, ausência e falhas de horários e percursos, ausências de carreiras, transportes confortáveis e sem segurança, tornam as cidades caóticas, desorganizadas, pouco atrativas e nada competitivas. Só com um transporte públicos com qualidade as cidades se tornarão desenvolvidas e convidativas.

O problema do Concelho de Almada iniciado no dia 1 de julho com a implementação da Carris Metropolitana, veio trazer mais desordem, mais atrasos, menos alternativas, menos informação, mais desconfiança, menos percursos, mais tempo de espera, atrevendo-me a dizer, numa certa medida acabou num caos. Não se percebe como um projeto que vinha a ser preparado há muito tempo, que vinha sendo anunciado com sucesso futuro, com tantas reuniões, com tanta participação, com tanto diálogo, com tanto investimento, tanta propaganda e informação, segundo os seus promotores, ex que no primeiro dia em que entra em atividade, tornou a vida de milhares de pessoas num verdadeiro descalabro.

Não se percebe como nem quem elaborou os horários, os percursos e as carreiras. Não se entende qual a lógica da maior parte das linhas traçadas, de recolocação das paragens, dos terminais e da falta de informação descomplicada e acessível às populações.

Não se percebe ainda, mas exigimos saber, que estudos, que métricas, foram usadas, que conhecimentos, que critérios foram tidos e achados, na elaboração dos horários e das carreiras no Concelho de Almada.

Sabemos bem, que o mais urgente é resolver no imediato, é verdade. Mas exigimos saber quem é o responsável ou os responsáveis por tamanha incompetência ao mesmo tempo que exigimos que seja tornado público quanto custaram esses estudos. Pois lembramos que o dinheiro é público, é dinheiro dos portugueses, dos contribuintes almadense.

Houve falhas, já se sabe, a Senhora Presidente da Câmara Municipal já veio assumir que houve falhas, o responsável pelos TML já veio assumir que houve falhas, mas não vimos aqui nenhum deles a assumir a sua verdadeira responsabilidade por todo o caos que se instalou no transporte rodoviário em Almada.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, afirmou aqui na última Assembleia Municipal, que houve muito diálogo, muito debate, colaboração e sessões de esclarecimento com todos os autarcas, incluindo todas as Juntas de Freguesia. Todavia, não deixa de ser estranho, que já nas tomadas posições públicas por parte de algumas Juntas do Concelho, as mesmas aparentam que desconheciam totalmente os horários exigindo outros e outras carreiras que melhor seivam as populações. Afinal sabiam ou não dos novos horários? Afinal ou não foram consultados e tiveram parte integrante ou não da sua colaboração?

Para terminar, hoje foram anunciadas algumas melhorias, melhorias essas que são bem-vindas, mas não chegam e ficam muito aquém daquilo que está para resolver.

Aquilo que o CDS-PP vem exigir nesta Declaração à Assembleia Municipal, aos responsáveis do projeto a saber: a Câmara Municipal de Almada, os TST, a TML e a AML, é que respeitem os almadenses e corrijam rapidamente os erros que cometeram, pois acreditamos no projeto, mas mesmo assim, tem que servir as populações, caso contrario não serve.

Para quando a Sessão Pública de esclarecimento."

7 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Nova Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais de Almada";

7.1.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal;

7.1.2 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhores/as Deputados/as Municipais, têm convosco a proposta do novo Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, ela resulta de uma análise que foi feita à atual Orgânica e também aos desafios que entendemos que Almada tem para o futuro, e nessa análise identificou-se um conjunto de necessidades no sentido de promover uma melhor e mais eficácia das respostas aos nossos munícipes.

Assim, e de acordo com essa leitura feita, esta proposta assenta nos seguintes pressupostos:

Uma melhoria operacional, uma maior eficiência e eficácia, uma simplificação, digitalização, e melhoria de processos, foco na celeridade em determinadas matérias criticas para o desenvolvimento do Município de Almada, organização dos serviços para melhor aproveitamento e operacionalização do Plano de Recuperação Resiliência - PRR, acolhimento e integração das novas competências transferidas ao abrigo do Decreto-Lei 50/2018, 16 de agosto, adaptação progressiva de toda esta mudança e pontual dos serviços municipais nua lógica de progressividade e continuidade evitando disrupções significativas que teriam um forte impacto no normal funcionamento dos serviços.

Assim, foram e de acordo com esta leitura que foi feita, com estes pressupostos enunciados, são estas as principais alterações à estrutura do Município.

Considerando a crescente relevância dos fundos comunitários para o desenvolvimento das politicas municipais, propõem-se a criação a Divisão de Candidaturas a Programas de Financiamento, para uma mais eficaz e célere centralização dos processos de candidatura, a fundos nacionais e europeus.

Criação do Departamento de Proteção Civil no âmbito do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Colocação na Orgânica da Divisão da Policia Municipal, tendo como objetivo a sua implementação num curto prazo, decorridos os necessários tramites legais.

Centralização na Divisão de Atendimento e Administração Geral de todo o atendimento de primeira linha, ao mesmo tempo que se autonomiza a Divisão junto da Secretaria Geral.

Relativamente à Direção Municipal de Obras, Mobilidade e Urbanismo, é reformulada para se especializar nas matérias relacionadas com os projetos e obras municipais, passando a designar-se Direção Municipal de Infraestruturas, Obras e Mobilidade, centralizando a realização dos projetos municipais, tendo por referência os programas preliminares dos Serviços Setoriais, contando para tal com dois departamentos, o Departamento de Projetos e Obras em Espaço Público, e o Departamento de Projetos e Obras em Habitação e Edifícios que substituem o anterior Departamento de Infraestruturas e Obras Municipais.

Formulação da Direção Municipal de Economia, Inovação e Comunicação, passando a designar-se por Direção Municipal de Desenvolvimento Urbano, e concentrando em si, a visão estratégica para o território a médio e longo prazo e as matérias estruturantes para o desenvolvimento do mesmo como o PDM – Plano Diretor Municipal, os projetos estratégicos e de interesse municipal, as politicas ambientais e de desenvolvimento económico e turístico.

Em termos do Departamento de Planeamento Urbanístico, criação da Divisão de Projetos Municipais Estratégicos e Regeneração Urbana, com o objetivo de centralizar nesta unidade orgânica, a implementação de projetos que pela sua dimensão ou impacto, são identificados como prioritários e/ou estruturantes para o Município, promovendo-se assim, um maior acompanhamento, planeamento, articulação interna, controlo de execução, gestão de desvios e consequentemente celeridade dos mesmos.

Considerando os desafios de mobilidade que o Município de Almada terá que atravessar, nomeadamente ao nível do planeamento de mobilidade de forma integrada, sustentável e articulada com a Área Metropolitana de Lisboa, e a relevância que o mesmo tem para a cidade, impõe-se a criação do Serviço de Mobilidade Estratégico e Sustentável, junto do Departamento de Planeamento Urbanístico.

No Departamento Urbanístico, cria-se uma Divisão para agilizar as operações urbanísticas de impacto relevante, Divisão de Gestão Urbanística de Operações Estruturantes, na qual se incluem os projetos de interesse municipal a definir em regulamentação própria, e a integração da Divisão de Reabilitação Urbana que anteriormente se encontrava na DPU com a designação de Divisão da Reabilitação e Revitalização Urbana.

No âmbito do Desenvolvimento Económico, considerando a necessidade de reduzir a dispersão de unidades orgânicas com competências no licenciamento de atividades económicas, são centralizadas estas competências na Divisão de Economia e Gestão do Espaço Público, anteriormente Divisão do Desenvolvimento Económico e Emprego.

Com o lançamento do Plano de Recuperação e Resiliência – PRR, surge uma oportunidade única para o Município requalificar o seu Parque Habitacional Municipal, e proceder à reabilitação e construção de um vasto leque de fogos para a habitação, seja esta em Regime de Arrendamento Apoiado, ou em Renda Acessível, que permita colmatar as carências habitacionais sentidas no território, sendo para tal necessário incrementar a capacidade de resposta e atuação do Município neste âmbito, sem esquecer as atuais funções de gestão e manutenção do Parque Habitacional pelo que se cria o Departamento de Habitação.

Reformulação da designação do Departamento de Intervenção Social e Habitação para Departamento de Intervenção Social apenas, dado que foi destacado deste Departamento comum do Departamento da Habitação e o Departamento de Intervenção Social que funcionará e acolherá as enormes quantidades de competências que vai assumir em matérias de saúde.

Esta proposta do ROSMA prevê um acréscimo de dois Departamentos, cinco Divisões, e oito serviços. Não existe alteração ao nível dos Gabinetes.

Face a tudo isto que acabei de expor, aquilo que se submete a deliberação desta Assembleia Municipal, é o seguinte:

- A revogação do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais – ROSMA, atualmente em vigor e respetiva Estrutura Orgânica;

- A aprovação do modelo de Estrutura Orgânica Hierarquizada, como tipo de Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais de Almada;

- A aprovação do projeto de Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais de Almada e respetivo anexo A – Estrutura Orgânica Nuclear dos Serviços Municipais de Almada, incluindo correspondentes atribuições e competências, parte integrante da presente proposta, e que se dá por integralmente nela reproduzida;

Definir um número máximo de 76 (setenta e seis) unidades orgânicas flexíveis, 2 (duas) para cumprimento das previsões legais relativas ao Serviço Municipal da Proteção Civil e Autoridade Sanitária e Veterinária Concelhia;

Definir o número máximo total de 60 (sessenta) subunidades orgânicas;

Definir o número máximo de 4 (quatro) equipas e projetos;

- Determinar a atribuição da despesa de representação aos titulares dos cargos de direção superior de 1º grau e intermedia de 1º e 2º grau, nos termos do disposto no artigo 24º, da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, ou seja, o Estatuto do Pessoal Dirigente nas Câmara Municipais."

7.2 – No debate usaram da palavra Os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José António Rocha (BE), Joaquim Miguel Judas (CDU), António Pedro Maco (CDS-PP), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Daniel Alexandre Silva (PS) e a Senhora Vereadora Francisca Parreira.

7.2.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para dizer que a bancada do Bloco de Esquerda irá abster-se sobre esta proposta. No entanto, entendemos importante que fique registado que contarão sempre com a oposição do Bloco de Esquerda em relação à implementação da Policia Municipal em Almada."

7.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Joaquim Miguel Judas (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tem sido posição da CDU desde sempre, em relação a estas matérias que são nucleares, em relação à gestão municipal, ou que deve caber ao executivo naturalmente, uma ampla liberdade na escolha da estrutura e da mobilização dos recursos necessários à execução das politicas. E, portanto, nesse sentido, temos acompanhado de uma forma praticamente sistemática aquelas que têm sido as propostas, que através de um voto de abstenção, como se compreende.

Mas esta proposta que aqui nos é trazida, e a Senhora Presidente em exercício, logo de inicio sublinhou, trás consigo uma coisa nova, que é a questão da Policia Municipal. E nós em relação a essa matéria temos uma posição de grande reserva como é conhecido, não é só em Almada, a CDU tem uma posição nacional sobre esse assunto, e que visa sobretudo no caso concreto, evitar que se criem expetativas falsas em relação a questões que são de grande sensibilidade para a nossa população.

Nós temos vindo a assistir em anos sucessivos, a um enfraquecimento do investimento e da capacidade de resposta das nossas Forças de Segurança, nós temos enormes carências aqui em Almada, e seria errado darmos um sinal neste momento à nossa população, de que pela criação a breve trecho como foi dito, da Policia Municipal, que iriamos caminhar nesse sentido. Para nós é claro que se tratam de coisas diferentes, com competências diferentes, mas para a população não é isso que se compreende. Portanto, a confusão que existe em relação a essa matéria é enorme.

Assim como não podemos naturalmente acompanhar aquilo que tem sido feito em relação ao cercear da capacidade das autarquias no que diz respeito as suas capacidades de fiscalização da vida do Município. É sabido que de há muitos anos a esta parte, nós estamos praticamente impedidos e bloqueados na formação de fiscais, e na criação de equipas de fiscais para que possamos assegurar com o devido rigor, aquilo que é o cumprimento das normas que vamos estabelecendo. No caso de Almada em determinada altura era catastrófico, não sei se a situação melhorou substancialmente, mas era dos municípios daqueles que conheço, que menos fiscais tinha para executar as suas funções. E, portanto, desde o ruido a tudo o mais e enfim, dá-se a ideia de que seria por via da Policia Municipal que iriamos resolver também esse assunto.

Portanto, há um conjunto de questões aqui que são colocadas em relação a uma matéria de enorme sensibilidade, e nós compreendendo a posição de liberdade, de organização que deve caber ao executivo, em relação a esta matéria, queremos aproveitar a oportunidade para aqui dar um sinal. Nós precisamos de facto da

Esquadras, reforço da capacidade de policiamento de proximidade, que nos autorizem a colaborar com as Forças de Segurança nessa matéria. Tenho a experiência própria vivida que em determinada altura fomos bloqueados em relação a projetos que existiam até de acordo com as Forças de Segurança, e que depois, por via superior ficaram bloqueados porque não havia possibilidade de cooperação com o Município nessa área, portanto, é necessário tudo isso, mas queremos hoje deixar este sinal, Policia Municipal criar perspetivas erradas à população já chega a dos transportes, temos que de facto, ter capacidade para realizar com coisas com deve ser.

Portanto, hoje vamos votar contra só para dar esse sinal politico, mantendo naturalmente, a nossa completa compreensão que ao executivo caberá encontrar as formas de se melhor organizar."

7.2.3 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Aproveitando aqui aquilo que foi dito pelo Senhor Deputado Municipal da CDU, e concordamos com metade do que foi dito e com a outra metade não concordamos.

Ou seja, relativamente e não quero transformar aqui isto numa discussão de segurança interna, mas sabemos também dos graves problemas que afligem quer os profissionais da PSP, quer os profissionais da GNR, e muitas das lutas com que os mesmos e nomeadamente, os sindicatos das duas Forças Policiais, têm vindo a reivindicar para que possam entregar a população uma maior segurança e eles próprios também poderem atrair mais pessoas e mais jovens também para as corporações das Forças de Segurança.

Relativamente à Policia Municipal, o CDS-PP não podia estar mais de acordo, aliás, tem sido sempre ao longo destes anos, também uma proposta do CDS-PP, temos apoiado também naquilo que são as determinadas policias municipais que existem pelo país, nomeadamente, a policia Municipal de Lisboa, embora seja uma Policia Municipal muito especifica, mas temos também o caso da Amadora, Cascais, Sintra, e de outros pontos do país que têm também sido uma determinante ajuda quer para as Forças de Segurança que vão libertando também os seus efetivos para outras funções mais especificas e também aquilo que é as funções e competências das policias municipais, que muitas das vezes a população não tem conhecimento, mas são funções e competências bastante uteis, nomeadamente, a segurança nos transportes, a segurança nas escolas, a fiscalização que muitas das vezes há falta também de fiscalização para determinadas funções, e portanto, o CDS-PP nesta matéria, está de acordo.

De qualquer forma vamos nos abster na proposta."

7.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Partido CHEGA é dos partidos que mais fortemente tem apresentado propostas na Assembleia da República sobre a defesa das Forças Policiais seja GNR, seja PSP, e do reforço que é necessário para esses Órgãos e o respeito que é necessário dar a essas instituições.

No nosso programa eleitoral para a Câmara Municipal de Almada, nós colocamos a Policia Municipal que apoiamos e que defendemos, no entanto, há um conjunto de decisões nesta proposta que nós não nos revemos, como tal iremos nos abster."

7.2.4 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tomei a palavra apenas para e aliás, relativamente às referências que aqui foram feitas em dois grandes dossiers que cabem na área da minha tutela, a Fiscalização e a Policia Municipal, para dizer que, naturalmente é preciso esclarecer muito bem as populações porque uma coisa são as Forças de Segurança e a sua missão, e outra coisa é uma Policia Municipal, que é uma policia administrativa e que não tem em termos de cumprimento da missão, a mesma missão que as Forças de Segurança ou as autoridades. Portanto, é preciso separar. Mais, dar-vos nota

que, a Policia Municipal, policia meramente administrativa, terá como prioridade a disciplina e a regulação do espaço público. É essa a sua principal missão. E não tanto, a atuação relativamente ao combate à criminalidade ou outro qualquer comportamento que possa ser desregulado por parte do munícipe.

Portanto, Senhores/as Deputados/as Municipais, sabem isto, e é preciso também falar com os munícipes para que eles apreendam qual é a diferença entre uma policia efetiva, uma PSP, e qual é também a diferença relativamente à Policia Municipal que tem uma missão meramente administrativa. E que aliás, em muitos momentos, como diz aqui o Senhor Deputado Municipal Joaquim Judas, até se pode confundir com a atividade fiscalizadora. Sendo certo, que a Policia Municipal, meramente administrativa como sabe, tem competências e capacidades que a fiscalização não tem no imediato. Nomeadamente, relativamente ao levantamento do auto de noticia e aplicação da própria coima. Portanto, uma policia administrativa não é nem nunca será uma Força de Segurança, será um sucedâneo ou será naturalmente um complemento da Força de Segurança. Quanto muito, poderemos dizer Senhores/as Deputados/as Municipais, e a vós também cabe essa missão, não vos cabe penas a missão de vir aqui dizer que, são criadas perspetivas depois infundadas e que as pessoas não estão esclarecidas. Não compete só ao executivo camarário, e a todos nós que aqui estamos, esclarecer as populações, todos nós gente com alguma literacia, com informação privilegiada, devemos enquanto cidadãos lá fora, exercer aquele que também é o nosso dever, esclarecer as populações. Portanto, esse não é um dever que compete só ao executivo camarário, para que não criem os cidadãos espectativas infundadas, é um dever também dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais e por isso eu não compreendo a dimensão do voto contra, quando se diz que pode haver confusão. A confusão é uma coisa que se esclarece, o esclarecimento cabe a cada cidadão e cabe também aos Senhores/as Deputados/as Municipais, que no exercício das vossas funções, têm também enquanto Órgão fiscalizador da Câmara Municipal, deveres de conduta e deveres de esclarecimento.

Depois dar nota naturalmente, que relativamente à fiscalização, área também da minha tutela e o Senhor Deputado Municipal Joaquim Judas deixou aqui dito e bem, nós tínhamos efetivamente no domínio municipal, quando chegamos a esta Câmara Municipal, e a tarefa foi muito difícil e se me permitirem agora, eu queria saudar daqui não só a nossa Chefe de Divisão, mas também a nossa Direção de Departamento, como a nossa Secretaria Geral e todos aqueles que durante quatro anos, com quatro fiscais para um Concelho num território desta dimensão, cumpriram uma tarefa hercúlea. Hoje somos mais, felizmente, hoje temos ambições outras e responsabilidades maiores, porque no âmbito daquilo que foi a formação também proporcionada pela Câmara Municipal, ao nível dos Recursos Humanos, neste momento estamos dotados com mais 15 (quinze) fiscais. E, portanto, a nossa responsabilidade é maior, o desafio que se nos apresenta é outro e espero naturalmente que com isto possamos ter um espaço público mais recuado, usado pelo cidadão e pelo munícipe de forma não aleatória, nem de forma disruptiva, e que possamos cumprir também o nosso dever, porque como diz o povo "Não se fazem omeletes sem ovos" e com 4 (quatro) fiscais de facto, era impossível regular o Concelho e estar em tudo o que era obra ilegal, deposito de resíduos na via pública, levantamento de esplanadas, etc., etc. que são as missões que a fiscalização tem para cumprir.

Senhores/as Deputados/as Municipais, se me permitirem vou um pouco mais longe à semelhança daquilo que foi a apresentação aqui da Senhora vice-Presidente, compreendo muito bem quando se diz que aquilo que é a opção gestionária compete aos gestores, e nós não nos vamos imiscuir nesses dossiers, já não compreendo quando é dito que temos dúvidas e sobejas dúvidas, sobre o encaminhamento de determinados dossiers que é caso da Policia Municipal, virá a participação pública e virá a participação de todos os Senhores Deputados Municipais no que depender naturalmente também da minha área da tutela, já não compreendo que isso seja objeto de dúvidas, quando nem sequer iniciamos esse mesmo caminho e os Senhores Deputados não foram chamados à participação. E, portanto, concluía assim, agradecendo o tempo que me foi dispensado."

7.2.5 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Silva (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Uma reformulação da organização dos serviços, está sempre associada à procura da melhoria do trabalho que se pretende desenvolver. E neste executivo da Câmara Municipal, está no caminho certo para atingir esse propósito. Ou seja, esta nova configuração dos serviços que deve ser alicerçado claro está, na valorização e no

respeito dos Recursos Humanos, com é exemplo recentemente a formação no âmbito do projeto Qualifica, e também alia aqui a parte da digitalização, a melhoria dos sistemas de informação no sentido de modernizar e agilizar o atendimento e assim, claro está, melhorar a resposta aos munícipes.

Este é um desígnio que a Orgânica nova também aqui nos apresenta e a aposta nos sistemas de informação que a Câmara Municipal está a realizar, é e deve continuar a aprofundar, é de facto, um contributo para a melhoria ao atendimento dos cidadãos.

Poder realizar os projetos estratégicos apoiados pelo PRR e aqui também se falou muito da inclusão na Orgânica da Policia Municipal, ora bem, esta é uma importante mensagem que também nos deixam, sobre a urgência de implementação desta necessidade, que a Senhora Vereadora e muito bem, aqui esclareceu, a utilidade e separando claramente as águas e sem dúvida que o papel de esclarecimento é um papel de todos os cidadãos que deve ser um dever continuo de contacto com todos.

E por isso, a Câmara Municipal está sim a trabalhar bem, no sentido certo e focando-se nesta reformulação a melhorar a eficácia e eficiência dos serviços."

7.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta, tendo sido aprovada por maioria com 21 votos a favor, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias e Junta de Freguesia que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN; 6 abstenções sendo 3 dos eleitos Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP; 10 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integra, do através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova nos termos do artigo 25º, nº 1, alínea m), anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e para os efeitos do disposto no Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, a Nova Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais de Almada, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 29 de junho de 2022 que aprovou a proposta nº 2022-358-GP.

7.4 – Entrou-se no ponto 3.2 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Alteração ao Mapa de Pessoal 2022"

7.4.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal;

7.4.1.1 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira:

"Senhor Presidente, senhores/as Deputados/as Municipais;

Logicamente a seguir à aprovação de um novo Regulamento da Organização dos Serviços Municipais de Almada, surge uma alteração à proposta do Mapa de Pessoal que foi aprovada em dezembro de 2021 para o ano de 2022. Essa proposta que foi aprovada em dezembro de 2021, para o ano de 2022, comportava 1865 (mil oitocentos e sessenta e cinco) postos de trabalho previstos dos quais 1804 (mil oitocentos e quatro) estavam ocupados e 61 (sessenta e um) vagos na altura da sua apresentação.

Sabemos todos que em 1 de abril, recebemos por transferência de competências, todos os trabalhadores não docentes das escolas que estavam sobre a alçada do Ministério da Educação, e, portanto, 820 (oitocentos e vinte) trabalhadores dos quais 801 (oitocentos e um) em exercício efetivo e 19 (dezanove) ausentes pelas mais diversas funções, foram integrados no Mapa de Pessoal do Município de Almada.

Quero clarificar aqui que a integração destes 820 (oitocentos e vinte) trabalhadores, se fez automaticamente sem qualquer procedimento concursal por publicação das listas oficiais do próprio Ministério da Educação.

E, portanto, a publicação das listas determinou a integração no nosso Mapa de Pessoal o que aconteceu.

Acompanha esta proposta a alteração às designações das unidades orgânicas decorrentes da aprovação do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, acompanha também a movimentação interna dos

Recursos Humanos na reafectação de postos de postos de trabalho e também os postos decorrentes da mobilidade intercategorias e intercarreiras.

Dizer que, apos todas estas alterações, a presente proposta contempla um total de 2827 8dois mil oitocentos e vinte sete) postos de trabalho, dos quais 216 (duzentos e dezasseis) vagos distribuídos da seguinte forma:

Postos ocupados 2548 (dois mil quinhentos e quarenta e oito), Dirigentes 72 (setenta e dois), Técnicos Superiores 351 (trezentos e cinquenta e um), Assistentes Técnicos 507 (quinhentos e sete), Fiscal, 21 (vinte e um), Educadores de Infância 11 (onze), Informática 14 (catorze), Assistentes Operacionais 1572 (mil quinhentos e setenta e dois).

Os postos vagos são 216 (duzentos e dezasseis), são 28 (vinte e oito) postos de trabalho de Dirigentes Intermédios, 58 (cinquenta e oito) postos de trabalho de Técnicos Superiores, 2 (dois) postos de trabalho de Informática, 42 (quarenta e dois) postos de trabalho de Assistentes Técnicos e 86 (oitenta e seis) postos de trabalho de Assistentes Operacionais.

A proposta de Mapa de Pessoal com a Lei prevê, contempla igualmente a identificação do número de trabalhadores abrangidos pelo suplemento de penosidade e insalubridade, num total de 447 (quatrocentos e quarenta e sete) postos de trabalho distribuídos pelos três níveis (41 baixo, 231 médio e 175 alto).

Acompanha esta proposta de Mapa de Pessoal o respetivo Plano de Recrutamento dos postos que estão neste momento ainda vagos.

Face a tudo isto, aquilo que se propõe à Assembleia Municipal é que delibere aprovar a presente Alteração ao Mapa de pessoal de 2022 e o respetivo Plano de Recrutamento."

7.4.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta, tendo sido aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova nos termos do previsto nos artigos 28º a 31º da LTFP e do previsto na alínea o), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro aprova a alteração ao Mapa de Pessoal de 2022 e o respetivo Plano de Recrutamento, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 29 de junho de 2022 que aprovou a proposta nº 2022-334-DRH.

7.5 – Ficou consensualizado em Conferência de Representantes a discussão em conjunto dos pontos 3.3, 3.4 e 3.5;

7.6 – Entrou-se nos pontos 3.3, 3.4 e 3.5 da agenda, relativo à apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:

7.6.1 – "Relatório de Monitorização da ORU de Almada de 31 de janeiro de 2021 a 31 de janeiro de 2022";

7.6.2 – "Relatório de Monitorização da ORU da Trafaria de 31 de janeiro de 2021 a 31 de janeiro de 2022"; "Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis.;

7.6.3 – "Relatório de Monitorização da ORU da Cova da Piedade".

7.6.4 – Para apresentar as propostas usou da palavra a Senhora Vereadora Francisca Parreira;

7.6.4.1 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, agradecer essa proposta, iriamos nesse sentido, uma vez que os Relatórios de Monitorização das diferentes ORU,s Almada, Trafaria e Cova da Piedade, podem ser apresentados em conjunto, à semelhança daquilo que é tradicional também nestas Assembleias Municipais.

Os períodos de referência dos diversos relatórios são similares datam de 31 de janeiro de 2021, a 31 de janeiro de 2022, sendo certo que o Relatório da Cova da Piedade, o período de referência é de 19 de fevereiro de 2021, a 19 de fevereiro de 2022.

Os presentes Relatórios todos eles, procuram dar conta do exercício de gestão das identificadas Áreas de Reabilitação Urbana, evidenciando os progressos, processos, resultados, ameaças e potencialidades dessas mesmas áreas.

De forma sumária, apresentamos alguns dados quantitativos que consideramos relevantes e que podem naturalmente, carecer de apreciação relativamente a estas ARU, s.

Na ARU de Almada foram apresentadas e efetuadas 150 (cento e cinquenta) entrevistas, 120 (cento e vinte) vistorias prévias, aprovadas 39 (trinta e nove) candidaturas, e concluídas 28 (vinte e oito) obras. Num investimento total por parte do Município, a chamada subvenção, no valor total de 293.782, 35€ (duzentos e noventa e três mil setecentos e oitenta e dois euros e trinta e cinco cêntimos).

Na ORU da Trafaria foram efetuadas 178 (cento e setenta e oito) entrevistas, 144 (cento e quarenta e quatro) vistorias prévias, aprovadas 54 (cinquenta e quatro) candidaturas e concluídas 48 (quarenta e oito) obras, num investimento e subvenção do Município no valor de 244.314,73€ (duzentos e quarenta e quatro mil trezentos e catorze euros e setenta e três cêntimos).

Na ORU da Cova da Piedade foram realizadas 57 (cinquenta e sete) entrevistas, 62 (sessenta e duas) vistorias prévias, aprovadas 16 (dezasseis) candidaturas e concluídas 12 (doze) obras, num investimento total de subvenção de 174.595,74€ (cento e setenta e quatro mil quinhentos e noventa e cinco euros e setenta e quatro cêntimos).

De realçar, que a comparticipação municipal direta é sempre a fundo perdido.

Senhores/as Deputados/as Municipais, o que se pede a este Órgão é a aprovação dos presentes Relatórios para que possam ser publicitados e divulgados através dos Órgãos próprios desta Câmara Municipal."

7.7 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação tendo-se verificado os seguintes resultados:

7.7.1 – A proposta sobre "Relatório de Monitorização da ORU de Almada de 31 de janeiro de 2021 a 31 de janeiro de 2022", foi aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada apreciou o relatório de monitorização de Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples de Almada e delibera aprovar os seus resultados, nos termos do nº 1, do artigo 20º-A, do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, aditado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 20 de junho de 2022 que aprovou a proposta nº 2022-268-DRRU.

7.7.2 – A proposta sobre "Relatório de Monitorização da ORU da Trafaria de 31 de janeiro de 2021 a 31 de janeiro de 2022", foi aprovada por unanimidade através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada apreciou o relatório de monitorização de Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples da Trafaria e delibera aprovar os seus resultados, nos termos do nº 1, do artigo 20º-A, do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, aditado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 20 de junho de 2022 que aprovou a proposta nº 2022-269-DRRU.

7.7.3 – A proposta sobre, "Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU da Cova da Piedade". foi aprovada por unanimidade através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

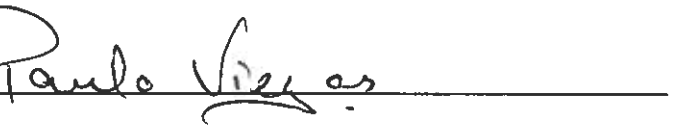
A Assembleia Municipal de Almada apreciou o relatório de monitorização de Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples da Cova da Piedade e delibera aprovar os seus resultados, nos termos do nº 1, do artigo 20º-A, do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, aditado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 20 de junho de 2022 que aprovou a proposta nº 2022-314-DRRU.

8. Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 23H35, deu-se por concluída a agenda da Reunião da Sessão Extraordinária de julho da Assembleia Municipal,

9 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira, dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro, Filipe Pacheco, Francisca Parreira, Nuno Matias, José Luís Matos, Helena Azinheira, Tiago Galveia, Catarina Matos Pé-Curto e Joana Mortágua.

10 – Foi verificada a presença de cerca de trinta munícipes. A sessão foi transmita em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

11 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO 

O 1º SECRETÁRIO _____

A 2ª SECRETÁRIA